

CLIPPING IMPRESSO

09/03/2022



INDICE

1. CEMULHER	
1.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	1
1.2. JORNAL O PROGRESSO.....	2 - 3
1.3. JORNAL PEQUENO.....	4
2. DESEMBARGADOR	
2.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	5 - 8
3. INSTITUCIONAL	
3.1. JORNAL O PROGRESSO.....	9 - 10
4. PRESIDÊNCIA	
4.1. JORNAL PEQUENO.....	11 - 13

JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

Acusados de violência contra mulher vão a júri

A Semana Nacional “Justiça pela Paz em Casa” visa aprimorar e tornar mais célere a prestação jurisdicional em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher

Será julgado na quarta-feira (9), no 1º Tribunal do Júri de São Luís, Allef Gonçalves Araújo Ribeiro, acusado de matar, por estrangulamento, Jecimara Cristian Marques Pacheco, na manhã do dia 7 de fevereiro de 2020, no quarto de um hotel, no bairro São Cristóvão.

Ontem, terça-feira (8), sentou no banco dos réus Eduardo Pereira de Araújo, pela morte de Luciana Soares Frazão.

Os julgamentos, foram presididos pela juíza Rosângela Santos Prazeres Macieira, ocorrem durante as atividades da 20ª Semana Nacional “Justiça pela Paz em Casa”, que foi aberta na última segunda-feira (7), em todo o Maranhão.

Instituída pela Resolução nº 254/2018, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Semana visa aprimorar e tornar mais célere a prestação jurisdicional em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. No Maranhão, o evento é organizado pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça (CEMULHER) e instituições parceiras.

Em São Luís, além de julgamentos no Tribunal do Júri, estão ocorrendo também audiências na 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, localizada no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). A unidade judiciária agendou, para o período, 120 audiências, que estão ocorrendo em quatro salas simultaneamente, e são presididas pelos juízes Reginaldo de Jesus Cordeiro Júnior (titular da 1ª Vara da Mulher), João Paulo de Sousa

Oliveira (Santa Luzia do Paruá) e João Vinícius Aguiar dos Santos (Pindaré Mirim) e pela juíza Vanessa Clementino Sousa (auxiliar de entrância final).

O juiz Reginaldo de Jesus Cordeiro Júnior disse que foram incluídos na pauta, pela 1ª Vara, os processos mais antigos e que já estavam prontos para audiência.

“O objetivo é agilizar a prestação jurisdicional, durante a semana do ‘Justiça pela Paz em Casa’ que faz parte da política do Judiciário de enfrentamento e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher”, destacou o magistrado.

Espaço Acolher

As mulheres que estiveram no Fórum de São Luís, na segunda-feira (7), para audiência na Vara da Mulher foram recebidas no Espaço Acolher pelos profissionais da equipe multidisciplinar da unidade. Esse foi o caso de uma enfermeira vítima de violência praticada pelo então namorado, no ano de 2018. Na época, ela ingressou com pedido de Medida Protetiva de Urgência e as agressões cessaram. O casal rompeu o relacionamento e hoje o que a mulher mais deseja é encerrar o processo judicial. “Mutirões como este são importantes para termos uma resposta o mais breve possível”, afirmou.

O psicólogo da equipe multidisciplinar, Raimundo Ferreira, explicou que no Espaço Acolher as mulheres – vítimas de violência ou testemunhas – recebem atendimento especializado humanizado, num espaço específico e longe da presença do agressor. “Pro-

curamos fazer um trabalho para tentar baixar o nível de ansiedade e de insegurança das usuárias que chegam para a audiência”, ressaltou.

Ele lembra que no momento em que a mulher é convocada para prestar depoimento em audiência, em razão de todo sofrimento vivenciado, ela chega carregada de tensões, medos, ansiedades, inseguranças, desconfianças e desinformação. No local também são acolhidos os filhos pequenos, quando as mulheres não têm com quem deixá-los em casa e precisam trazê-los para o Fórum.

A 2ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, localizada na Casa da Mulher Brasileira, no bairro Jaracaty, também está participando da Semana “Justiça pela Paz em Casa”. A juíza titular da unidade, Lúcia Helena Barros Heluy, disse que estão sendo proferidas sentenças, decisões e despachos. A unidade tem a competência de analisar os pedidos de medidas protetivas de urgência (MPUs).

A Semana organizada pela CEMULHER/TJMA, em todo o Maranhão, conta com a parceria das Promotorias de Justiça, Defensorias Públicas e demais órgãos do sistema de Justiça, que concentram esforços para julgar e agilizar processos que envolvam casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres, com vistas a ampliar a efetividade da “Lei Maria da Penha” (Lei n.º 11.340/2006). Também estão sendo realizadas em São Luís diversas atividades multidisciplinares voltadas para o enfrentamento à violência doméstica e familiar.



Justiça enviará projeto que cria novos desembargadores

O desembargador Lourival Serejo, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, enviará ainda esta semana ou na próxima, projeto de lei à Assembleia Legislativa propondo a criação de mais sete cargos de desembargador na estrutura do Judiciário Maranhense. A ampliação do pleno do TJMA já movimentou setores da advocacia, magistrados e membros do Ministério Público, já que todos serão contemplados.

PÁGINA 3

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Justiça envia projeto que cria novos desembargadores



PROJETO CRIA 7 NOVOS CARGOS, ATUALMENTE O TJMA É FORMADO POR 30 DESEMBARGADORES E DESEMBARGADORAS

O desembargador Lourival Serejo, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, deverá encaminhar ainda esta semana ou na próxima, projeto de lei à Assembleia Legislativa propondo a criação de mais sete cargos de desembargador na estrutura do Judiciário Maranhense.

A ampliação do pleno do TJMA já movimentou setores da advocacia, magistrados e membros do Ministério Público, já que todos serão contemplados.

Segundo uma fonte com trânsito no Judiciário, Lourival Serejo pretende deixar essa mudança na composi-

ção do TJMA como uma de suas principais marcas à frente deste poder, porém não há certeza de que os novos cargos sejam implantados ainda não sua gestão, que se encerra no mês de abril.

Para que isto ocorra, seria necessária a criação da ação de urgência urgentíssima a fim de que tramitasse com celeridade tanto nas comissões quanto no plenário.

Pelo projeto as sete vagas a serem acrescentadas serão distribuídas da seguinte forma:

01 da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA)

01 do Ministério Público Estadual
05 da Magistratura (antiguidade, merecimento...)

Na OAB e no MPMA as articulações já começaram por parte dos que pretendem entrar na lista dos indicados. Cada uma dessas instituições elabora uma lista sêxtupla a ser submetida ao TJMA, que elimina três nomes e submete os demais à escolha do governador do Estado.

Com a criação dos novos, pleno do TJMA será ampliado em 23,3%. Atualmente é formado por 30 desembargadores e desembargadoras



Saindo do relento

Se não for a senadora Simone Tebet (MDB), a disputa presidencial de 2022 dificilmente terá outra mulher no páreo. E se não fosse a petista, Fátima Bezerra (RN), o Brasil não contaria hoje com nenhuma governadora em suas 27 unidades federadas. Portanto, lastimavelmente, há um imenso vazio político no Brasil na questão de gênero masculino e feminino no poder.

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



Saindo do relento

Se não for a senadora Simone Tebet (MDB), a disputa presidencial de 2022 dificilmente terá outra mulher no páreo. E se não fosse a petista Fátima Bezerra (RN), o Brasil não contaria hoje com nenhuma governadora em suas 27 unidades federadas. Portanto, lastimavelmente, há um imenso vazio político no Brasil na questão de gênero masculino e feminino no poder. Dilma Rousseff (PT) foi a primeira presidenta a comandar o Brasil, mas no meio do mandato acabou derrubada por um golpe parlamentar, sob acusação banal de fazer “pedalada fiscal”. Roseana Sarney estrou, em 1994, como a primeira mulher eleita pelo voto, a comandar um estado. Outras duas foram governadoras antes, mas como substitutas. Como se pode ver, o dia internacional da Mulher, todo ano, é marcado por comemorações, discursos protocolares que, em síntese, não dizem nada sobre a essência da questão feminina na vida política e no poder. O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), por exemplo, criado em 1813, apenas cinco anos após a chegada da corte portuguesa no país, somente em 2013, portanto, 200 anos depois, elegeu uma mulher, a desembargadora Cleonice Freire, sua presidente, com as colegas Ângela Salazar (vice) e Nelma Sarney (corredora). Assim como na política, no Judiciário e na sociedade civil, a luta das mulheres tem ainda um longo caminho a ser percorrido. Mas elas estão inarredáveis, para sair do relento, com estudo, inteligência e mostrando do que são capazes, sejam brancas ou negras.

A prefeitura de São Luís, cidade fundada em 1612, só conseguiu eleger a primeira prefeita, Gardênia Gonçalves, em 1985. São fatos historicamente relevantes para o Brasil, no qual as mulheres, que hoje representam 52% da população e 53 do eleitorado, tenham tão baixa representatividade nas esferas de poder. Só agora a legislação permite cotas especiais para candidaturas de mulheres às eleições e na divisão do dinheiro das campanhas. Tal medida nem seria necessária, se o machismo boçal não fosse uma ferramenta historicamente desprezível, utilizada pelo universo masculino, para pisotear as mulheres.

Para as eleições de outubro, pelo menos 12 nomes aparecem como pré-candidatos ao Palácio do Planalto. Apenas Simone Tebet está na lista, mesmo assim com apenas 2% das intenções de voto nas pesquisas. E o que chama a atenção é que a disparidade política entre homens e mulheres não está presente apenas no Brasil, mas no mundo. No Maranhão nenhuma candidata a governadora até agora. Se as mulheres estivessem no comando das potências armamentistas, certamente não teríamos passados pelos horrores das duas grandes guerras no século 20, muito menos esta que devasta a Ucrânia. Nela, as mulheres e suas crianças foram as primeiras vítimas das bombas.

Acusados de violência contra a mulher vão a júri na Semana Justiça pela Paz em Casa

Será julgado nesta quarta-feira (9), no 1º Tribunal do Júri de São Luís, Allef Gonçalves Araújo Ribeiro, acusado de matar, por estrangulamento, Jecimara Cristian Marques Pacheco, na manhã do dia 7 de fevereiro de 2020, no quarto de um hotel, no bairro São Cristóvão. Nesta terça-feira (8), sentou no banco dos réus Eduardo Pereira de Araújo, pela morte de Luciana Soares Frazão. Os julgamentos, presididos pela juíza Rosângela Santos Prazeres Macieira, ocorrem durante as atividades da 20ª Semana Nacional “Justiça pela Paz em Casa”, aberta nesta segunda-feira (7), em todo o Maranhão.

Instituída pela Resolução nº 254/2018, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Semana visa aprimorar e tornar mais célere a prestação jurisdicional em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. No Maranhão, o evento é organizado pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça (CEMULHER) e instituições parceiras.

Em São Luís, além de julgamentos no Tribunal do Júri,

estão ocorrendo também audiências na 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, localizada no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). A unidade judiciária agendou, para o período, 120 audiências, que estão ocorrendo em quatro salas simultaneamente, e são presididas pelos juízes Reginaldo de Jesus Cordeiro Júnior (titular da 1ª Vara da Mulher), João Paulo de Sousa Oliveira (Santa Luzia do Paruá) e João Vinícius Aguiar dos Santos (Pindaré Mirim) e pela juíza Vanessa Clementino Sousa (auxiliar de entrância final).

O juiz Reginaldo de Jesus Cordeiro Júnior disse que foram incluídos na pauta, pela 1ª Vara, os processos mais antigos e que já estavam prontos para audiência. “O objetivo é agilizar a prestação jurisdicional, durante a semana do ‘Justiça pela Paz em Casa’ que faz parte da política do Judiciário de enfrentamento e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher”, destacou o magistrado.

As mulheres que estiveram no Fórum de São Luís, nesta segunda-feira (7), para audiência na Vara da Mulher foram recebidas no Espaço Acolher pelos profissionais da equipe

multidisciplinar da unidade. Esse foi o caso de uma enfermeira vítima de violência praticada pelo então namorado, no ano de 2018. Na época, ela ingressou com pedido de Medida Protetiva de Urgência e as agressões cessaram. O casal rompeu o relacionamento e hoje o que a mulher mais deseja é encerrar o processo judicial. “Mutirões como este são importantes para termos uma resposta o mais breve possível”, afirmou.

O psicólogo da equipe multidisciplinar, Raimundo Ferreira, explicou que no Espaço Acolher as mulheres – vítimas de violência ou testemunhas – recebem atendimento especializado humanizado, num espaço específico e longe da presença do agressor. “Procuramos fazer um trabalho para tentar baixar o nível de ansiedade e de insegurança das usuárias que chegam para a audiência”, ressaltou. Ele lembra que no momento em que a mulher é convocada para prestar depoimento em audiência, em razão de todo sofrimento vivenciado, ela chega carregada de tensões, medos, ansiedades, inseguranças, desconfianças e desinformação. No local também são acolhidos os filhos pequenos, quan-

Divulgação



Juiz Reginaldo de Jesus Cordeiro Júnior, titular da 1ª Vara da Mulher

do as mulheres não têm com quem deixá-los em casa e precisam trazê-los para o Fórum.

A 2ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, localizada na Casa da Mulher Brasileira, no bairro Jaracaty, também está participando da Semana “Justiça pela Paz em Casa”. A juíza titular da unidade, Lúcia Helena Barros Heluy, disse que estão sendo proferidas

sentenças, decisões e despachos. A unidade tem a competência de analisar os pedidos de medidas protetivas de urgência (MPUs).

A Semana organizada pela CEMULHER/TJMA, em todo o Maranhão, conta com a parceria das Promotorias de Justiça, Defensorias Públicas e demais órgãos do sistema de Justiça, que concentram esforços para julgar e agilizar pro-

cessos que envolvam casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres, com vistas a ampliar a efetividade da “Lei Maria da Penha” (Lei n.º 11.340/2006). Também estão sendo realizadas em São Luís diversas atividades multidisciplinares voltadas para o enfrentamento à violência doméstica e familiar. (*Núcleo de Comunicação do Fórum Des. Sarney Costa*)

MPMA realiza webinar sobre violência contra a mulher com deficiência

O Ministério Público do Maranhão promoveu, nesta segunda-feira, 7, o webinar “Violência de Gênero e Mulher com Deficiência – aspectos da situação de invisibilidade e dupla vulnerabilidade”. Participaram membros e servidores do MPMA, do Judiciário, representantes de instituições públicas e de entidades de defesa das causas das mulheres e das pessoas com deficiência.

O seminário virtual foi coordenado pela Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP) e pelos Centros de Apoio Operacional de Proteção ao Idoso e da Pessoa com Deficiência e de Enfrentamento à Violência de Gênero (CAOp Mulher).

Durante o seminário, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, e o desembargador Cleones Cunha (presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribu-

nal de Justiça do Maranhão), assinaram a carta de compromisso pelo enfrentamento da violência contra a mulher com deficiência.

O documento tem como signatários o Ministério Público do Maranhão, Tribunal de Justiça, Governo do Maranhão, Defensoria Pública do Estado, OAB-MA, entidades da sociedade civil organizada, entre as quais o Coletivo de Mulheres com Deficiência do Maranhão e a Frente Nacional de Mulheres com Deficiência.

No âmbito de suas competências, cada ente assume o compromisso de adotar as medidas cabíveis para proteger as mulheres com deficiência de toda forma de exploração, violência ou abuso, conforme preconiza a Lei Federal nº 13.104/2015. Essa norma inseriu, no artigo 121 do Código Penal, o parágrafo 7º, que determinou o aumento da pena em 1/3 a 1/2 na hipótese em que a vítima seja mulher com deficiência.

Na abertura do seminário,

manifestaram-se pelo Ministério Público para ressaltar a importância do debate, fazendo alusão ao Dia Internacional da Mulher, celebrado nesta terça-feira, 8, os promotores de justiça Karla Adriana Vieira (diretora da ESMP), Sandra Fagundes Garcia (coordenadora do CAOp Mulher) e Alenilton Santos Júnior (coordenador do CAOp de Proteção ao Idoso e da Pessoa com Deficiência).

As entidades da sociedade civil foram representadas pela advogada Priscila Sellares, do Coletivo de Mulheres com Deficiência, e Deline Cutrim Lima, do Fórum Estadual das Pessoas com Deficiência. Ambas elogiaram a iniciativa do Ministério Público em promover a reflexão sobre a violência cotidiana sofrida pelas mulheres com deficiência.

Ao assinar a carta-compromisso, o desembargador Cleones Cunha fez um repúdio às falas machistas do deputado estadual paulista Artur do Val contra as mulheres ucranianas e declarou que irá orientar os juízes estaduais do Maranhão que mencionem nas sentenças referentes a crimes contra a mulher em razão de gênero a condição de deficiência, ou não, da vítima.

O procurador-geral de justiça assegurou que o Ministério Público irá ampliar o combate à violência contra a mulher com deficiência, com atividades de prevenção e de enfrentamento a esse tipo de crime. “As ações institucionais precisam ser conjuntas e unificadas, aumentando os canais de denúncia, criando e fortalecer os conselhos de direitos” sugeriu.

PROGRAMAÇÃO

Na programação do seminário, foi apresentado ainda um vídeo da farmacêutica Maria da Penha, que deu nome à Lei 11.340, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Maria da Penha fez uma saudação aos participantes do seminário virtual e apresentou reflexões sobre os avanços oriundos desde a criação da lei, em 2006.

O ponto central do webinar foi a palestra da médica, professora aposentada da UFRJ e ativista da causa das pessoas com deficiência Isabel Maior. Primeira pessoa com deficiência a comandar (2002-2011) a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Defici-



Divulgação

Membros e servidores participaram da atividade

ência da Presidência da República, Isabel Maior chamou a atenção para temas como a desigualdade de gênero, relacionamentos abusivos dentro das famílias, casos de violência praticados por cuidadores contra pessoas com deficiência e a importância da participação política para o empoderamento das mulheres com deficiência.

A ampliação da denúncia dos casos de violência contra a mulher com deficiência também foi outro ponto abordado pela palestrante. “A mulher não deve sofrer abusos calada. Devemos denunciar sempre, darmos à sociedade responsabilidade para salvar as mulheres. Para isso, devemos confiar nas instituições públi-

cas e na capacidade de resistência do povo brasileiro para erradicar a violência”.

Ao final do webinar, a advogada Isabelle Passinho, presidente do Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência de São Luís, defendeu que os órgãos do sistema de justiça sejam conscientizados para atenderem as demandas das mulheres com deficiência, evitando ampliar a dupla vulnerabilidade delas.

Isabelle Passinho propôs que a carta-compromisso estabeleça um cronograma para o cumprimento das metas de enfrentamento à violência contra a mulher com deficiência, garantindo a participação popular e o controle social. (CCOM-MPMA)

Acusados de violência contra a mulher vão a júri na Semana 'Justiça pela Paz em Casa'

DIVULGAÇÃO

Será julgado nesta quarta-feira (9), no 1º Tribunal do Júri de São Luís, Allef Gonçalves Araújo Ribeiro, acusado de matar, por estrangulamento, Jecimara Cristian Marques Pacheco, na manhã do dia 7 de fevereiro de 2020, no quarto de um hotel, no bairro do São Cristóvão. Nessa terça-feira (8), sentou no banco dos réus Eduardo Pereira de Araújo, pela morte de Luciana Soares Frazão. Os julgamentos, presididos pela juíza Rosângela Santos Prazeres Macieira, ocorrem durante as atividades da 20ª Semana Nacional "Justiça pela Paz em Casa", aberta na segunda-feira (7), em todo o Maranhão. Instituída pela Resolução nº 254/2018, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Semana visa aprimorar e tornar mais célere a prestação jurisdicional em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. No Maranhão, o evento é organizado pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça (Cemulher) e instituições parceiras. Em São Luís, além de julgamentos no Tribunal do Júri, estão ocorrendo também audiências na 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, localizada no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). A unidade judiciária agendou, para o período, 120 audiências, que estão ocorrendo em quatro salas simultaneamente, e são presididas pelos juízes Reginaldo de Jesus Cordeiro Júnior (titular da 1ª Vara da Mulher), João Paulo de Sousa Oliveira (Santa Luzia do Paruá) e João Vinícius Aguiar dos Santos (Pindaré Mirim) e pela juíza Vanessa Clementino Sousa (auxiliar de entrância final).



Semana é organizada com parceria das Promotorias de Justiça, Defensorias Públicas e demais órgãos do sistema de Justiça

O juiz Reginaldo de Jesus Cordeiro Júnior disse que foram incluídos na pauta, pela 1ª Vara, os processos mais antigos e que já estavam prontos para audiência. "O objetivo é agilizar a prestação jurisdicional, durante a semana do 'Justiça pela Paz em Casa' que faz parte da política do Judiciário de enfrentamento e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher", destacou o magistrado. As mulheres que estiveram no Fórum de São Luís, na segunda-feira (7), para audiência na Vara da Mulher foram recebidas no Espaço Acolher pelos profissionais da equipe multidisciplinar da unidade. Esse foi o caso de uma enfermeira vítima de violência praticada pelo então namorado, no ano de 2018. Na época, ela ingressou com pedido de Medida Protetiva de Urgência e as agressões cessaram. O casal rompeu o relacionamento e hoje o que a mulher mais deseja é encerrar o processo judicial. "Mutirões como este são importantes

para termos uma resposta o mais breve possível", afirmou. O psicólogo da equipe multidisciplinar, Raimundo Ferreira, explicou que no Espaço Acolher as mulheres – vítimas de violência ou testemunhas – recebem atendimento especializado humanizado, num espaço específico e longe da presença do agressor. "Procuramos fazer um trabalho para tentar baixar o nível de ansiedade e de insegurança das usuárias que chegam para a audiência", ressaltou. Ele lembrou que no momento em que a mulher é convocada para prestar depoimento em audiência, em razão de todo sofrimento vivenciado, ela chega carregada de tensões, medos, ansiedades, inseguranças, desconfianças e desinformação. No local também são acolhidos os filhos pequenos, quando as mulheres não têm com quem deixá-los em casa e precisam trazê-los para o Fórum. A 2ª Vara Especial de Violência Doméstica e

Familiar contra a Mulher, localizada na Casa da Mulher Brasileira, no bairro Jaracati, também está participando da Semana "Justiça pela Paz em Casa". A juíza titular da unidade, Lúcia Helena Barros Heluy, disse que estão sendo proferidas sentenças, decisões e despachos. A unidade tem a competência de analisar os pedidos de medidas protetivas de urgência (MPUs). A Semana organizada pela Cemulher/TJMA, em todo o Maranhão, conta com a parceria das Promotorias de Justiça, Defensorias Públicas e demais órgãos do sistema de Justiça, que concentram esforços para julgar e agilizar processos que envolvam casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres, com vistas a ampliar a efetividade da "Lei Maria da Penha" (Lei n.º 11.340/2006). Também estão sendo realizadas em São Luís diversas atividades multidisciplinares voltadas para o enfrentamento à violência doméstica e familiar.

Polícia prende casal que usava foto do presidente do TJ-MA para aplicar golpes

PÁG.12

Operação prende casal que usava foto do presidente do TJ-MA para aplicar golpes

As vítimas eram prefeitos, secretários e ex-gestores de municípios maranhenses

AIDÊ ROCHA

Uma operação da Polícia Civil, por meio do Departamento de Combate a Crimes Tecnológicos (DCCT), da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), realizada nessa terça-feira (8), em conjunto com a Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão, resultou na prisão de um casal que, há pelo menos dois meses, estava aplicando golpes em prefeitos, secretários municipais e ex-gestores do interior do estado. Os dois usavam a foto do desembargador Lourival Serejo, presidente do TJ-MA, para pedir dinheiro, às vítimas. Foram cumpridos mandados de busca e apreensão em uma residência e um lava a jato, no município de Santa Inês.



DIVULGAÇÃO

Material apreendido com casal preso, durante operação na cidade de Goiânia

As prisões de Dinomarkes Camargo da Silva e Shirley Nunes da Silva foram feitas na cidade de Goiânia, com apoio da Polícia Civil de Goiás, com apoio da Polícia Civil de Goiás. Nos locais alvos da operação,

foram apreendidos diversos materiais, entre eles celulares e o moldem da internet usado nos golpes. Segundo o delegado Ederson Martins, titular da Seic, o homem preso era o líder da

organização que atua em todo o país. A mulher dele o auxiliava nos golpes. “Foi encontrado com eles uma lista de nomes de políticos do Maranhão dos quais, com certeza, iriam tentar tirar dinheiro”, explicou.

VÁRIAS VÍTIMAS

Ao Jornal Pequeno, o titular da Seic disse que ainda não é possível apontar os valores que o grupo conseguiu subtrair nem quantas pessoas foram vítimas. “De cada vítima pediam 3 a 4 mil. E foram muitas pessoas”, ressaltou.

De acordo com as investigações, os criminosos já possuem passagem pela polícia por crimes como estelionato, roubo e tráfico de drogas. Uma terceira pessoa, também com mandado expedido, ainda não havia sido presa até o início da noite de ontem.

Informe JP

Memorial

Milson Coutinho, desembargador aposentado, ex-presidente do Tribunal de Justiça do Estado e ex-presidente da Academia Maranhense de Letras, faria 83 anos nesta quarta-feira (9).

Autor de diversos livros, ele foi, durante muitos anos, colaborador do Jornal Pequeno e de outros periódicos. Morreu no dia 4 de agosto de 2020.